



## III SEMANA DO DIREITO

### ANAIS



## Entre Políticas e Preconceitos: A Inclusão de Pessoas com Transtornos Mentais na Democracia.

### Autor(res)

Lívia Carneiro Silveira Gomes  
Ryan Brandao Araujo  
Ísis Coutinho Albuquerque  
Ana Clara Costa Freire

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SANTO ANDRÉ

### Introdução

A democracia contemporânea fundamenta-se na igualdade formal e na proteção dos direitos humanos, conforme a ordem constitucional (FERRAJOLI, 2011). Contudo, a realidade social evidencia lacunas na inclusão das pessoas com transtornos mentais. Apesar dos avanços normativos, como o direito à saúde previsto na Constituição Federal de 1988 (art. 196), a criação do Sistema Único de Saúde (Lei nº 8.080/1990) e o princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), esse grupo ainda enfrenta barreiras estruturais, estigma e falta de políticas públicas adequadas (SARLET, 2015). Essa vulnerabilidade é refletida na cultura, em obras como *As Linhas Tortas de Deus*, de Oriol Paulo, e *American Horror Story: Asylum*, de Ryan Murphy e Brad Falchuk, que mostram a falência institucional e a exclusão. Tais representações reforçam a urgência de um olhar jurídico ético e social para promover verdadeira inclusão.

### Objetivo

Analisar os desafios da inclusão de pessoas com transtornos mentais sob a perspectiva jurídica, destacando a relação entre direitos constitucionais, políticas públicas de saúde, práticas de inclusão social, a influência da percepção social (incluindo a banalização de transtornos mentais nas redes sociais) e a efetivação da dignidade humana.

### Material e Métodos

A pesquisa foi desenvolvida por meio de estudo bibliográfico e análise de produções audiovisuais, adotando uma abordagem interdisciplinar. O estudo se baseou em textos de Andrew Solomon, Fiódor Dostoiévski, Jeffrey Eugenides e Sigmund Freud, bem como em obras como *As Linhas Tortas de Deus* (2022) e *American Horror Story: Asylum*, que demonstram que os manicômios frequentemente atuaram como instrumentos de exclusão social, violando direitos fundamentais. A literatura e a psicanálise reforçam que o sofrimento psíquico deve ser compreendido em seu contexto social, e não criminalizado ou marginalizado.



## III SEMANA DO DIREITO

### ANAIS



Paralelamente, foi-se interpretar juridicamente as falhas e lacunas no atendimento à saúde mental, considerando a percepção social e o papel das redes digitais na construção de estigmas.

### Resultados e Discussão

A análise demonstrou que, mesmo em democracias consolidadas, a inclusão de pessoas com transtornos mentais ainda enfrenta obstáculos estruturais. Falhas nas políticas públicas persistem: apesar da criação dos CAPS e de programas de saúde mental, há deficiências na aplicação das leis, longas esperas, negligência e dificuldades de reintegração social. A estigmatização contínua afronta os princípios de igualdade e dignidade, impondo ao Estado o dever de garantir políticas acessíveis e efetivas. Segundo o professor Paulo Brasil (UFMG), os CAPS resultam da Reforma Psiquiátrica, que visou substituir o modelo manicomial por um cuidado comunitário e humanizado (Brasil, 2023). Essa mudança foi um marco na defesa da dignidade e dos direitos humanos. Contudo, enquanto o sistema público busca inclusão, a internet banaliza o sofrimento como “psiquiatra de tela”, revelando a urgência de uma ação conjunta entre Estado e sociedade.

### Conclusão

A democracia só será plena quando a inclusão das pessoas com transtornos mentais for garantida de maneira efetiva, ética e legal. A proteção jurídica deve ir além da norma escrita, envolvendo acesso a políticas públicas, educação inclusiva e atenção à saúde mental, assim como a conscientização social para combater estigmas e banalização. Literatura, cinema e estudos psicanalíticos mostram a urgência de um olhar humanizado e interdisciplinar, reforçando que os direitos constitucionais devem ser aplicados de forma concreta, garantindo que cidadãos vulneráveis não permaneçam marginalizados.

### Referências

- AMERICAN horror story: asylum. Direção de Ryan Murphy e Brad Falchuk. Produção de 20th Century Fox Television. [Estados Unidos]: FX, 2012. 13 episódios. Transmitido na Netflix.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM n. 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011.
- FERRAJOLI, Luigi. Principia iuris: teoría del derecho y de la democracia. Madrid: Trotta, 2011. Volume 1.
- DOSTOIÉVSKI, Fiódor. Crime e castigo. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.
- GENIDES, Jeffrey. As virgens suicidas. Tradução de Marina Colasanti. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- DAKER, Maurício Viotti. Título do artigo científico: subtítulo.